

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	17
PREFÁCIO	
Jacob Dolinger	19
INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO 1	
PROCESSO INTERNACIONAL E COOPERAÇÃO JURÍDICA	
INTERNACIONAL	37
1.1 Conceito de processo internacional e cooperação jurídica internacional	37
1.1.1 Delimitação do processo civil internacional	37
1.1.2 Distinção entre Jurisdição e Competência	43
1.1.3 As normas brasileiras sobre competência internacional da Jurisdição Nacional	45
1.1.4 A relação entre processo civil internacional e cooperação jurídica internacional civil	50
1.1.5 O mecanismo da cooperação jurídica internacional	53
CAPÍTULO 2	
CARTA ROGATÓRIA	57
2.1 Dos instrumentos clássicos de cooperação jurídica em matéria civil: a carta rogatória	57
2.1.1 Carta rogatória: histórico e conceito	57
2.1.2 Carta rogatória no presente	59
2.1.3 Da tramitação das cartas rogatórias no Brasil	64
2.1.4 Juízo de delibação	67
2.1.5 O papel da autoridade central no trâmite da carta rogatória	68
2.1.6 Carta rogatória citatória	71
2.1.7 Carta rogatória executória	72
CAPÍTULO 3	
HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA	79
3.1 Dos instrumentos clássicos de cooperação jurídica em matéria civil: a homologação de sentença estrangeira	79
3.1.1 Homologação de sentença estrangeira: histórico e conceito	79
3.1.2 Homologação de sentença estrangeira no presente	82

3.1.3	Da tramitação da ação de homologação da sentença estrangeira no Brasil.....	85
3.1.4	Juízo de deliberação	86
3.1.5	O papel da autoridade central no trâmite da homologação de sentença estrangeira	87
3.1.6	Homologação de sentença estrangeira e citação regular	88
3.1.7	Reconhecimento e medidas de urgência	90

CAPÍTULO 4

AUXÍLIO DIRETO	93
4.1 Pedido de auxílio direto em matéria civil	93
4.1.1 Conceito.....	93
4.1.2 Histórico	94
4.1.3 Auxílio direto no presente no Brasil e seu contraste com alguns exemplos estrangeiros.....	100
4.1.4 Da tramitação e do papel da autoridade central do auxílio direto.....	105
4.1.5 Do juízo de deliberação	109
4.1.6 O auxílio direto e a questão do <i>forum shopping</i>	109
4.1.7 Procedimento da carta rogatória e procedimento do auxílio direto ..	110
4.1.8 Da participação de autoridades estrangeiras no auxílio direto	112
4.1.9 Distinção entre auxílio direto e cooperação administrativa	114
4.1.10 Distinção entre auxílio direto e carta rogatória	116
4.1.11 Da questão da citação	116
4.1.12 Distinção entre auxílio direto e homologação de sentença estrangeira.....	118
4.1.13 Das medidas que podem ser efetivadas por meio do auxílio direto ..	119

CAPÍTULO 5

AUXÍLIO DIRETO NOS TRATADOS DE COOPERAÇÃO CIVIL ...	123
5.1 Tratados de Cooperação Jurídica em matéria civil que trazem dispositivos permitindo a utilização do instrumento do auxílio direto.....	123
5.1.1 Análise dos Acordos bilaterais.....	125
5.1.2 Análise dos acordos multilaterais	128

CAPÍTULO 6

CONSTITUCIONALIDADE DO AUXÍLIO DIRETO	145
6.1 A Constitucionalidade do auxílio direto	145
6.1.1 Da desnecessidade de sede constitucional para novo instituto de cooperação jurídica internacional	147
6.1.2 Da possibilidade de exceção à competência constitucional do STF para homologação de sentença estrangeira	148
6.1.3 Será possível dispensar a homologação de sentença estrangeira entre Juízos singulares de primeiro grau?.....	152
6.1.4 Da autonomia do auxílio direto	157

6.1.5	Da possibilidade de ato de cooperação jurídica internacional interlocutório prescindir do <i>exequatur</i> do STJ.....	158
6.1.6	Da possibilidade de utilização de procedimentos essencialmente internos para hipótese de cooperação jurídica internacional.....	161
6.1.7	Da inexistência de fundamento constitucional para o auxílio direto no art. 181 da CRFB/88.....	163

CAPÍTULO 7

A JURISPRUDÊNCIA DO STF E DO STJ		167
7.1	A jurisprudência do STF e do STJ em matéria de cooperação jurídica internacional civil.....	167
7.1.1	Competência internacional do Poder Judiciário do Brasil.....	171
7.1.2	Cooperação administrativa ou direta.....	176
7.1.3	Carta rogatória executória.....	179
7.1.4	Participação de autoridades estrangeiras nos procedimentos de cooperação passiva.....	196
7.1.5	Cumprimento direto de carta rogatória em zona de fronteira.....	200
7.1.6	Reconhecimento prescindindo da homologação da sentença de divórcio.....	203
7.1.7	Citação de réu no Brasil para garantir a futura homologação de sentença estrangeira.....	213
7.1.8	Medida de urgência nacional concedida no curso do processo de homologação de sentença estrangeira para assegurar a efetividade da decisão homologanda.....	217
7.1.9	Pedido de auxílio direto civil.....	221

CAPÍTULO 8

O "AUXÍLIO DIRETO" EXISTENTE NOS REGULAMENTOS DA UNIÃO EUROPEIA		225
8.1	Introdução.....	225
8.1.1	Advertência prévia.....	225
8.1.2	Contexto do surgimento dos regulamentos sobre cooperação jurídica internacional na União Europeia.....	226
8.2	Parte 1 – O motivo de escolha destes Regulamentos para comparação com o instrumento do auxílio direto.....	232
8.3	Parte 2 – Os Regulamentos e seu funcionamento.....	236
8.3.1	Regulamento nº 1.348/00.....	236
8.3.2	Regulamento nº 1.206/01.....	255
8.3.3	Regulamento nº 44 – a questão da cooperação cautelar.....	267
CONCLUSÃO		279
REFERÊNCIAS		287